

29 mai sau

RUBEM BRAGA

Terror e Provocação

DEPOIS de uma declaração infeliz, antes do atentado contra o seu QG, o general Manuel Carvalho Lisboa, comandante do II Exército, fez outra que não é muito mais inteligente que a primeira. Declarou a propósito do atentado que vitimou um pobre recruta: «vou buscar os comunistas onde estiverem...»

Ora, até o momento, ninguém sabe quais são os autores do atentado, e muito menos quais suas idéias. Não excluo a hipótese de serem eles comunistas. Não é provável que sejam do Partidão (como os rapazes de hoje chamam o Partido Comunista Brasileiro) nem mesmo do Partido Comunista do Brasil, que seguiria a tal linha chinesa. Confesso que ando mal informado sobre as facções e as teses da esquerda brasileira, mas toda gente sabe que há uma ou algumas favoráveis à luta armada no campo e na cidade como único meio de lutar «contra a Ditadura, o Imperialismo», etc.

É preciso ponderar, porém, que luta armada é uma coisa e terrorismo é outra. Mesmo que consideremos todos os comunistas loucos, teremos de concordar, com o velho Machado e o ainda mais velho Shakespeare, em que «loucura embora, tem o seu método». Esse método não inclui, que se saiba, o terrorismo, pelo menos não esse tipo de terrorismo gratuito, que não se destina a obter armas ou dinheiro, e cujo único efeito é agravar a repressão oficial.

Que sentido tem explodir uma carga de dinamite no Consulado americano, no QG da Força Pública Paulista, no prédio de «O Estado de São Paulo» ou no QG do II Exército? Nenhuma dessas instituições é abalada por esses atentados. Vamos que sejam atos de protesto praticados por exaltados ou fanáticos; é possível. Mas, partindo da velha tese de que se deve investi-

gar a quem aproveita o crime, é fora de dúvida que esses atentados podem ser também obra de provocação de radicais da direita, exatamente para produzir declarações como a do general Lisboa e criar um clima emocional que favoreça um endurecimento geral nos meios militares, com a supressão da liberdade de imprensa, do Congresso e de tudo o mais que ainda existe e faz a diferença (que os jovens estudantes parecem ignorar) entre uma ditadura de verdade e um regime como esse que aí está.

Acredito, naturalmente, na boa-fé do comandante do II Exército; mas se os policiais militares e civis encarregados de investigar esse crime partirem da premissa de que eles só podem ser obra de comunista, é mais do que provável que não cheguem a resultado algum. Como aconteceu nos casos anteriores.

Embora isso não tenha nenhuma ligação direta com o caso, eu gostaria de chamar a atenção do governo para a atitude de um ou alguns policiais do DOPS que os estudantes prenderam durante a passeata de quarta-feira. Um deles, como se sabe, sacou de um revólver, em frente à Biblioteca Nacional, e começou a dar tiros para o alto. Outro gritava palavras de ordem extremistas, convites a depredações e violências. É evidente que alguém os mandou fazer isso. Esses homens não estavam apenas observando as manifestações para depois fazer seus relatórios. Estavam praticando atos de provocação destinados a perturbar a ordem e tornar inevitável uma repressão armada.

A mando de quem o faziam? Sabemos que o general França, secretário de Segurança da Guanabara, dera a alguns dos participantes da manifestação, homens do clero, a garantia formal de que não haveria repressão. Não é possível duvidar de sua palavra, nem supor que mandasse subordinados seus provocar desordens. É impensável também que isso partisse do general Siseno, comandante do I Exército. Então pergunto: quem mandou esses investigadores fazer o que fizeram?

Tenho a impressão de que apurar isso ajudaria muito o governo a fazer uma idéia do tipo de gente que está praticando o terrorismo em São Paulo.

DN 302 1/7/68

93